

Faculdade Sete Lagoas - Facsete

Lourena Pereira Cardoso Rosa

**A PERCEPÇÃO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS SOBRE O ATENDIMENTO
ODONTOLÓGICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICO
E PRIVADO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**

SÃO LUÍS - MA

2021

Lourena Pereira Cardoso Rosa

**A PERCEPÇÃO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS SOBRE O ATENDIMENTO
ODONTOLÓGICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICO
E PRIVADO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada ao Programa de pós-graduação em Odontologia da Faculdade Sete Lagoas - FACSETE, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Monique Mouchrek

São Luís - MA

2021



Lourena Pereira Cardoso Rosa

**A PERCEPÇÃO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS SOBRE O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICO E PRIVADO NO MUNICÍPIO DE
SÃO LUÍS**

Trabalho de conclusão de curso de especialização *Lato sensu* da Faculdade Sete Lagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais.

Área de concentração: Odontologia

Aprovada em 25/09/2021 pela banca constituída dos seguintes professores:


Prof.ª Dr.ª Monique Mouchrek

Orientadora


1º Examinador


2º Examinador

Sete Lagoas 25 de Setembro 2021

Aos pacientes com deficiência que me ensinam todos os dias a ser uma pessoa melhor, plantando em mim a semente da coragem, da luta, da perseverança, da busca constante do conhecimento, de “ser humano” e principalmente me ensinam a nunca desistir diante de um futuro incerto.

Dedico também à minha avó Antônia Cunha Pereira (*in memoriam*), onde defenderei meu trabalho no dia do seu aniversário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro à Deus, por ter me mantido na trilha certa durante este trabalho de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Sou grata a minha família incondicionalmente pelo apoio em todos os momentos da minha vida.

Agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho.

Fica aqui meu agradecimento especial ao meu grande amigo, incentivador e agora professor Dr. Frederico Buhatem Medeiros, que idealizou esse curso, sendo o pioneiro aqui no Maranhão. Dando oportunidade para que nós cirurgiões – dentistas pudéssemos nos aprimorar nessa área tão linda e de suma importância no tratamento de pacientes com deficiência.

Não esquecendo também da minha orientadora, Prof. Dr^a Monique Mouchrek, que aceitou o desafio em me orientar nessa jornada, me dando a oportunidade de desenvolver esse trabalho.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”

Paulo Freire

RESUMO

Introdução: Há um grande número de pessoas com deficiência em busca de atendimento odontológico. Visto que medidas voltadas para a prevenção, diagnóstico e tratamento são de responsabilidades do cirurgião-dentista, atender a essa demanda requer maior preparo e capacitação do profissional, necessitando realizar um atendimento mais direcionado a esse público. **Objetivo:** Avaliar o atendimento odontológico de pessoas com deficiência nos serviços público e privado sob a ótica dos cirurgiões-dentistas. **Metodologia:** Estudo do tipo transversal, descritivo e realizado após aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa Humana da Universidade Ceuma. A amostra de dados foi composta por cirurgiões-dentistas que exercem suas atividades na Atenção Básica da Estratégia de Saúde da Família e em redes de atendimento particular no município de São Luís – MA. A coleta de dados foi realizada através de um instrumento validado adaptado de Macêdo et al. (2018) entre os meses de maio e junho de 2021, após aceite do termo livre e esclarecido. Com os questionários preenchidos via Google Forms®, os dados foram processados utilizando o software IBM SPSS Statistics for Windows, v.26 (IBM Corp., Armonk, NY, USA) adotando o nível de significância de 5%. **Resultados:** A amostra final foi composta por 93 participantes, sendo a maioria do sexo feminino (62,7%), casados (69,9%), de cor branca (57%), natural da capital (71%), com idade média em torno de 38 ($\pm 8,18$) anos. A escolaridade maior foi de especialista (63,4%) com formação em universidade privada (63,4%). Os dentistas que mais tiveram disciplina abordando sobre atendimento de pacientes especiais foram os que se graduaram em universidades privadas ($p < 0,001$). Os participantes que fazem anotações dos dados dos pacientes e realizam o encaminhamento foram, na maioria, que tiveram disciplina sobre atendimento de pacientes especiais na graduação ($p < 0,05$). Além do mais, a frequência daqueles que tiveram a disciplina na graduação e continuam fazendo atendimento de pacientes após formado, é semelhante entre os participantes da rede pública e privada ($p > 0,05$). Quanto a relação entre o tipo de unidade (pública ou privada) a qual o participante trabalha não houve diferença de atendimento ($p > 0,05$). **Conclusão:** É necessário que haja medidas e propostas que visam promover melhorias efetivas no atendimento odontológico dos pacientes com deficiência, a fim de proporcionar qualidade de vida daqueles que necessitam. A capacitação e aperfeiçoamento desse profissional, aumentando assim a oferta dos serviços com qualidade, humanização e acolhimento, fazendo o tratamento possível na Unidade básica e só encaminhando quando necessário. **Palavras-chave:** Assistência odontológica para pessoas com deficiência. Acesso ao serviço de saúde. Dificuldade. Saúde bucal.

ABSTRACT

Introduction: There are a large number of patients with disabilities seeking dental care. Since measures aimed at prevention, diagnosis and treatment are the dentist's responsibility, meeting this demand requires greater preparation and training of professionals, needing to provide more targeted care to this audience. **Objective:** To evaluate the dental care of people with disabilities in public and private services from the perspective of dentists. **Methodology:** Cross-sectional, descriptive and cross-sectional study carried out after approval by the Ethics and Human Research Committee of Ceuma University. The data sample was composed of dentists who perform their activities in primary care of the Family Health Strategy and in private care networks in the city of São Luís - MA. Data collection was performed through a validated instrument adapted from Macêdo et al. (2018) between May and June 2021, after accepting the free and inform term. With the questionnaires completed via Google Forms®, the data were processed using ibm SPSS Statistics for Windows software, v.26 (IBM Corp., Armonk, NY, USA) adopting the significance level of 5%. **Results:** The final sample consisted of 93 participants, most of them female (62.7%), married (69.9%), white (57%), born in the capital (71%), aged mean around 38 (± 8.18) years. The highest level of education was a specialist (63.4%) with a degree from a private university (63.4%). The dentists who had the most discipline addressing the care of special patients were those who graduated from private universities ($p < 0.001$). The participants who take notes of patient data and carry out the referral were, for the most part, who had discipline on the care of special patients at graduation ($p < 0.05$). Furthermore, the frequency of those who took the discipline at graduation and continue to care for patients after graduation is similar between participants in the public and private network ($p > 0.05$). As for the relationship between the type of unit (public or private) in which the participant works, there was no difference in care ($p > 0.05$). **Conclusion:** There must be measures and proposals that aim to promote effective improvements in dental care for patients with disabilities, in order to provide quality of life for those who need it. The training and improvement of these professionals, thus increasing the offer of quality, humane and welcoming services, making treatment possible in the Basic Unit and only referring them when necessary.

Keywords: Dental care for people with disabilities. Access to the health service. Difficulty. Oral health.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Frequência absolutas e relativas para cada questão do questionário.....	15
Tabela 2	– Relação entre ter tido a disciplina de pacientes especiais com as questões Universidade em que se formou, você atende o paciente especial (pessoa com deficiência)? Você solicita que a ASB/TSB anote os dados do paciente e encaminha? Você realiza o exame clínico e dá orientações de higiene bucal ao paciente especial e/ou seu cuidador? Você realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico e dá orientações de higiene bucal ao paciente especial e/ou seu cuidador? Você realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico e encaminha? Você realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico e o tratamento se possível? Você passa o caso para outro colega pois não se sente apto a atender? Você não examina e realiza o encaminhamento? Você já encaminhou algum paciente especial aos Centros de Especialidades Odontológicas?.....	18
Tabela 3	– Frequência de participantes que tiveram a disciplina para atendimento de PNE na rede pública e privada e que atualmente continuam fazendo atendimento a esses tipos de pacientes.....	19
Tabela 4	– Relação entre o tipo de unidade a qual o participante trabalho com se existe assistência odontológica, se a unidade permite anamnese e grau de satisfação do acolhimento.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	–	Auxiliar de Saúde Bucal
CEO	–	Centro de Especialidade Odontológica
CES	–	Câmara de Educação Superior
CFO	–	Conselho Federal de Odontologia
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
DCN	–	Diretrizes Curriculares Nacionais
ESB	–	Equipe de Saúde Bucal
ESF	–	Equipe de Saúde da Família
FOB	–	Faculdade de Odontologia de Bauru
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	–	Instituições de Ensino Superior
IES	–	Instituição de Ensino Superior
MS	–	Ministério da Saúde
OPNE	–	Odontologia para Portadores de Necessidades Especiais
PNE	–	Portadores de Necessidades Especiais
SUS	–	Sistema Único de Saúde
TCLE	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSB	–	Técnico de Saúde Bucal
UBS	–	Unidade Básica de Saúde
UBSF	–	Unidade Básica de Saúde da Família
UFS	–	Universidade Federal de Sergipe
UNIT	–	Universidade de Tiradentes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DESENVOLVIMENTO	14
2.1	Materiais e métodos	14
2.2	Análise estatística	14
2.3	Resultados	15
2.4	Discussão	20
3	CONCLUSÃO	25
	REFERENCIAS	26
	APÊNDICE	39
	ANEXO	32

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde (MS) diz que, em Odontologia, é considerado pessoas com deficiência todo usuário que apresente uma ou mais limitações, temporária ou permanente, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, que o impeça de ser submetido a uma situação odontológica convencional. As razões dessas deficiências são inúmeras e vão desde doenças hereditárias e defeitos congênitos até alterações que ocorrem ao longo da vida, como doenças sistêmicas, alterações de comportamento e o próprio envelhecimento. (LAWRENCE et al., 2014; SOUSA, 2011).

Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), há no Brasil cerca de 45,6 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 23,92% da população brasileira. Observa-se, pois, que se trata de uma grande parcela da população, sendo boa parte dela usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), e como tal, deve ser assistida em todas as suas necessidades de saúde, garantindo seus princípios de integralidade, universalidade e equidade (BRASIL, 2002). No entanto, mesmo tendo o direito à saúde como prioridade garantido por lei, esses indivíduos sofrem com as iniquidades em saúde, tendo o pior estado de saúde geral e bucal, conseqüentemente, uma pior qualidade de vida do que o restante da população (LAWRENCE et al., 2014; SOUSA, 2011).

Estes pacientes possuem uma maior prevalência de doenças bucais como cáries, perdas dentárias, problemas periodontais, hábitos para funcionais, má-oclusões e ocorrem principalmente devido a um déficit na higiene bucal gerada pelas limitações físicas e psíquicas, pelo tipo de dieta, pela dificuldade em mastigar e deglutir ou pelos diversos medicamentos que são ingeridos diariamente. São pessoas que geralmente não tem habilidade para promover uma higiene bucal satisfatória e, muitas vezes, não permitem que outras pessoas a façam de maneira adequada, por possuírem comportamento agressivo ou apresentarem movimentos involuntários (BAUMGARTEN et al., 2013).

Quando a busca é por atenção em saúde bucal, a realidade aponta uma dificuldade ainda maior de atendimento para o grupo de pessoas com deficiência. As questões relativas do acesso ao serviço odontológico são marcadas, de maneira geral, por situações conflituosas que angustiam funcionários, gestores e usuários, sendo necessário uma reorganização e reestruturação desses serviços (LOPES,

2013). Esse é um problema encontrado muitas vezes nas Unidades Básicas de Saúde da Família. O MS, em seu Caderno de Atenção Básica nº 17 -Saúde Bucal, expressa que as Equipes de Saúde Bucal (ESB) deverão ser capacitadas para prestar assistência odontológica as pessoas com deficiência e que estes só deverão ser encaminhados ao atendimento especializado nos casos em que extrapolem esta capacidade. Mas, essa não é a realidade. Ainda há muito o que ser feito para que se alcance a equidade da assistência a estes pacientes (ARAGÃO et al., 2011; LAWRENCE et al., 2014).

A falta de acesso à assistência odontológica as pessoas com deficiência pode acontecer por diversos fatores, tais como falta de conhecimento e de preparo dos profissionais para o atendimento diferenciado, informações distorcidas quanto às condições de saúde bucal e às necessidades odontológicas, negligência do tratamento odontológico prestado pelos serviços públicos e privados; descrédito/desconhecimento da importância da saúde bucal pelos pais e ou/responsáveis (SOUSA, 2011); dificuldades de deslocamento às unidades de saúde, piores condições de saúde bucal e de vida em um contexto mais amplo, dentre outros. Dificuldades financeiras, como ausência de recursos, também constituem um grande obstáculo, o que ressalta a importância do atendimento gratuito e de qualidade a estes pacientes na rede pública (CONDESSA et al., 2020).

Em 2001, com a Resolução 22/2001 do Conselho Federal de Odontologia (CFO) ficou estabelecido a especialidade “Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais”, que teve por finalidade, proporcionar prevenção e promoção em saúde, além do controle de possíveis afecções bucais, bem como reabilitar esse paciente e melhorar a qualidade de vida dos mesmos e de todos a sua volta; atuando em conjunto com diversos profissionais da área da saúde para um bem maior desse cidadão (MEDEIROS, 2011; ANDRADE; ELEUTÉIO, 2015).

Apesar do reconhecimento nacional dessa relevante especialidade desde o ano de 2001, há ainda atualmente um cenário com uma gritante e urgente necessidade de sua plena aplicação, sobretudo no que se refere às políticas públicas e regras que demandam aos CEOs. Embora seja um Centro de Especialidades Odontológicas como o próprio nome diz, ainda encontramos profissionais sem pré-requisito de especialista em determinadas áreas realizando o atendimento desses pacientes (SPEZZIA et al., 2015).

Mas como fazer saúde da família sem prestar assistência às pessoas com

deficiência? Independente das causas o que se sabe é que existe uma demanda “adormecida”, surgindo sem atenção adequada, tendo acesso aos serviços de Odontologia praticamente só em ocasiões de urgência, para procedimentos mutiladores. Entende-se que a clínica de referência é uma necessidade, pois existem casos que requerem a atenção de um especialista, e esse suporte é necessário, em consonância com a política de assegurar a assistência integral ao indivíduo em todos os seus níveis de complexidade (BRASIL, 2002; LAWRENCE et al., 2014), no entanto, a maior parte dos pacientes com deficiência pode e deve ser atendido nas unidades odontológicas no âmbito da atenção primária.

Com base no exposto, é de grande relevância ressaltar a importância de um programa de saúde bucal adequado para pacientes com deficiência no SUS, visando proporcionar um maior acesso e cooperação à assistência odontológica a eles. Visto que medidas voltadas para a prevenção, diagnóstico e tratamento são de responsabilidades do cirurgião-dentista, é de igual importância que os profissionais tenham capacitação e acesso à informações com respaldo científico sobre o tema.

Diante dessa problemática, a pesquisa teve como objetivo conhecer o perfil dos cirurgiões-dentistas sobre o atendimento odontológico de pessoas com deficiência nos serviços público e privado no município de São Luís- Ma.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Materiais e método

Este estudo é do tipo transversal, de natureza descritiva e foi realizado após aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa Humana da Universidade Ceuma, com o número de parecer: 4.657.154. Foi realizado com uma amostra de conveniência composta por cirurgiões-dentistas que exercem suas atividades na Atenção Básica da Estratégia de Saúde da Família e em redes de atendimento particular no município de São Luís, estado do Maranhão, Brasil. Participaram da pesquisa os profissionais que concordaram com o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), seguindo os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde, garantindo o sigilo e o anonimato dos participantes.

A coleta de dados foi realizada através de um instrumento próprio adaptado de Macêdo et al. (2018) entre os meses de maio e junho de 2021. Com os questionários preenchidos via Google Forms®, os dados foram processados utilizando o software IBM SPSS Statistics for Windows, v.26 (IBM Corp., Armonk, NY, USA) utilizando um nível de significância de 5%.

2.2 Análise estatística

Após os cálculos das frequências absolutas e relativas das respostas de cada questão do questionário, foram realizados testes do quiquadrado de independência, para avaliar a relação entre o fato do participante ter, durante a graduação, alguma disciplina que abordasse o atendimento às pessoas com deficiência e as respostas para os quesitos: universidade em que se formou; se atende a pessoa com deficiência; se solicita que a ASB/TSB anote os dados do paciente e encaminha; se realiza o exame clínico e dá orientações de higiene bucal a pessoa com deficiência e/ou seu cuidador; se realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico e encaminha; se realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico e o tratamento se possível; se passa o caso para outro colega pois não se sente apto a atender; se não examina e realiza o encaminhamento; se já encaminhou alguma pessoa com deficiência aos Centros de Especialidades Odontológicas.

Além disso, foi avaliado a relação entre o tipo de unidade a qual o

participante trabalha (pública ou privada) com os quesitos: a unidade de trabalho permite a anamnese de pessoas com deficiência; existe assistência odontológica (tratamentos, procedimentos odontológicos) as pessoas com deficiência em sua unidade de trabalho; avaliação do acolhimento da unidade de trabalho a pessoa com deficiência.

2.3 Resultados

A amostra final foi composta por 93 participantes, sendo maioria do sexo feminino (62,7%), casados (69,9%), de cor branca (57%), natural da capital (71%), com idade média em torno de 38 ($\pm 8,18$) anos (tabela 1). A escolaridade maior foi de especialista (63,4%) com formação em universidade privada (63,4%)

Na tabela 1 observa-se as frequências absolutas e relativas (%) para todos os quesitos do questionário.

Tabela 1 – Frequências absolutas e relativas para cada questão do questionário.

Gênero	Feminino	62 (66,7%)
	Masculino	31 (33,3%)
	Outro	
Qual a cor da sua pele?	Branca	53 (57,0%)
	Parda/mulata/cabocla/morena	34 (36,5%)
	Preta/negra	3 (3,2%)
	Amarelo/oriental	2 (2,2%)
	Indígena	0 (0,0%)
	Não sabe	1 (1,1%)
Qual o seu estado civil?	Casado (a)/ união estável/ mora com um (a) companheiro (a)	65 (69,9%)
	Solteiro (a)	24 (25,8%)
	Separado (a)/ divorciado (a)/ desquitado(a)	4 (4,3%)
	Viúvo (a)	0 (0,0%)
Naturalidade?	Capital	66 (71,0%)
	Interior	14 (15,0%)
	Outro estado	13 (14,0%)
Maior grau de escolaridade?	Especialização	59 (63,4%)
	Mestrado	20 (21,5%)
	Doutorado	10 (10,8%)
	Graduação	3 (3,2%)
	Pós-doutorado	1 (1,1%)

Universidade	Privada	59 (63,4%)
	Pública	34 (36,6%)
Disciplina Pacientes Especiais	Sim	46 (49,5%)
	Não	47 (50,5%)
Unidade de trabalho	Pública	42 (45,2%)
	Privada	51 (54,9%)
Unidade de trabalho permite a anamnese	Sim	83 (89,2%)
	Não	10 (10,8%)
Assistência odontológica as pessoas com deficiência na unidade de trabalho	Sim	62 (66,7%)
	Não	31 (33,3%)
Atende pessoa com deficiência	Sim	67 (72,0%)
	Não	26 (28%)
Solicita que a ASB/TSB anote os dados do paciente e encaminha	Sim	52 (55,9%)
	Não	41 (44,1%)
Realiza o exame clínico e dá orientações de higiene bucal a pessoa com deficiência e/ou seu cuidador	Sim	84 (90,3%)
	Não	9 (9,7%)
Realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico e encaminha	Sim	50 (53,8%)
	Não	43 (46,2%)
Realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico e o tratamento se possível	Sim	76 (81,7%)
	Não	17 (18,3%)
Passa o caso para outro colega pois não se sente apto a atender	Sim	38 (40,9%)
	Não	55 (59,1%)
Não examina e realiza o encaminhamento	Sim	11 (11,8%)
	Não	

	Não	82 (88,2%)
Como você avalia o acolhimento da sua unidade de trabalho a pessoa com deficiência?	Ruim	5 (5,4%)
	Regular	24 (25,8%)
	Bom	38 (40,9%)
	Ótimo	23 (24,7%)
	Não sei	3 (3,2%)
Encaminhou algum paciente com deficiência aos Centros de Especialidades Odontológicas?	Sim	63 (67,7%)
	Não	30 (32,3%)
Encaminhou algum paciente com deficiência para dentistas que é de seu conhecimento que atendem esses pacientes?	Sim	70 (75,3%)
	Não	23 (24,7%)
Acha ser necessário para melhorar o atendimento a pessoa com deficiência?	Capacitação/aperfeiçoamento/ especialização na área de Odontologia para pacientes especiais	54 (58,1%)
	Aumento da oferta dos serviços odontológicos às pessoas com deficiência	35 (37,6%)
	Não sei	2 (2,2%)
	As duas opções	2 (2,2%)

Fonte: Autora (2021)

Em relação a tabela 2, os resultados permitiram concluir que a frequência de participante da universidade privada que tiveram disciplina de atendimento de pacientes especiais foram significativamente maiores que a frequência de participante oriundo da universidade pública ($p < 0,001$), ou seja, disciplina abordando atendimento de pacientes especiais foram mais frequentes em universidades privadas. Além disso, os participantes que fazem anotações dos dados dos pacientes e realizam o encaminhamento foram, na maioria, que tiveram disciplina de atendimento a pacientes especiais na graduação ($p < 0,05$).

Tabela 2 - Relação entre ter tido a disciplina de pacientes especiais com as questões Universidade em que se formou, você atende o paciente especial (pessoa com deficiência)? Você solicita que a ASB/TSB anote os dados do paciente e encaminha? Você realiza o exame clínico e dá orientações de higiene bucal ao paciente especial e/ou seu cuidador? Você realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico

e encaminha? Você realiza o primeiro atendimento, faz o exame clínico e o tratamento se possível? Você passa o caso para outro colega, pois, não se sente apto a atender? Você não examina e realiza o encaminhamento? Você já encaminhou algum paciente especial aos Centros de Especialidades Odontológicas?

DISCIPLINA PcD				
		Não	Sim	p
Universidade	Privada	1 (2,9%)	33 (97,1%)	<0,001*
	Pública	46 (78%)	13 (22,0%)	
Atende PcD	Não	16 (61,5%)	10 (38,5%)	0,186
	Sim	31 (46,3%)	36 (53,7%)	
Anotações dos dados e encaminhamento	Não	26 (63,4%)	15 (36,6%)	0,027*
	Sim	21 (40,5%)	31 (59,6%)	
Exame clínico e orientação de higiene bucal	Não	5 (55,6%)	4 (44,4%)	0,751
	Sim	42 (50,0%)	42 (50,0%)	
Primeiro atendimento, exame clínico e encaminha	Não	25 (58,1%)	18 (41,9%)	0,174
	Sim	22 (44,0%)	28 (56,0%)	
Primeiro atendimento, exame clínico e tratamento se possível	Não	9 (52,9%)	8 (47,1%)	0,826
	Sim	38 (50,0%)	38 (50,0%)	
Passo o caso, não se sente apto	Não	30 (54,5%)	25 (45,5%)	0,352
	Sim	17 (44,7%)	21 (55,3%)	
Não realiza atendimento, encaminha	Não	41 (50,0%)	41 (50,0%)	0,777
	Sim	6 (54,5%)	5 (45,5%)	
Já encaminhou PcD ao CEO	Não	16 (53,3%)	14 (46,7%)	0,710
	Sim	31 (49,2%)	32 (50,8%)	

*p<0,05 = diferença significativa

Fonte: Autora (2021)

Na tabela 3, percebeu-se que, quando a formação foi na rede privada a frequência para essa questão foi de 81,8%, enquanto para a rede pública foi de 69,2%, porém não houve diferença estatística significativa ($p>0,05$), ou seja, a frequência daqueles que tiveram a disciplina na graduação e continuam fazendo atendimento de

pacientes após formado, é semelhante entre os participantes da rede pública e privada.

Tabela 3 – Frequência de participantes que tiveram a disciplina para atendimento de PNE na rede pública e privada e que atualmente continuam fazendo atendimento a esses tipos de pacientes.

	Atende paciente especial			p
	Sim	Não	Total	
Privada	27 (81,8%)	6 (18,2%)	33 (100,0%)	0,351
Pública	9 (69,2%)	4 (30,8%)	13 (100,0%)	

Fonte: Autora (2021)

De acordo com nossos achados (tabela 4), não houve associação entre esses quesitos ($p > 0,05$)

Tabela 4 – Relação entre o tipo de unidade a qual o participante trabalho com se existe assistência odontológica, se a unidade permite anamnese e grau de satisfação do acolhimento.

		Unidade de trabalho		p
		Privada	Pública	
Existe assistência odontológica	Não	20 (64,5%)	11 (35,5%)	0,185
	Sim	31 (50,0%)	31 (50,0%)	
Permite anamnese	Não	6 (60,0%)	4 (40,0%)	0,728
	Sim	45 (54,2%)	38 (45,8%)	
Avaliação do acolhimento	Ótimo	12 (52,2%)	11 (47,8%)	0,814
	Bom	23 (60,5%)	15 (39,5%)	
	Regular	13 (54,2%)	11 (45,8%)	
	Ruim	2 (40,0%)	3 (60,0%)	
	Não sei	1 (33,3%)	2 (66,7%)	

Fonte: Autora (2021)

2.4 Discussão

De acordo com a tabela 2 podemos observar que os cirurgiões-dentistas que tiveram a disciplina de Odontologia para pacientes com necessidades especiais durante a graduação se formaram em sua maioria em universidades privadas.

A resolução Nº 3, de 21 de junho de 2021, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências de acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Superior (CES) nº 803, de 5 de dezembro de 2018. No Art. 25, referente às ciências odontológicas, que trata dos conteúdos teóricos e práticos para compreensão e domínio, está o item X, que aborda o atendimento clínico odontológico ambulatorial do indivíduo com deficiência. Sendo assim, os cursos de graduação em Odontologia têm a obrigatoriedade de abordar este componente teórico (BRASIL, 2021).

No entanto, os cursos de graduação possuíam autonomia didático-científica para estabelecer sua estrutura curricular. Dessa forma, conteúdos relacionados a Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE) poderiam ou não estar presentes na matriz curricular dos cursos de odontologia. A resolução 3 da Câmara De Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), no seu artigo 6º, determinou os conteúdos essenciais a serem abordados durante a graduação em Odontologia. Entretanto, a Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, não foi citada, cabendo à Instituição de Ensino Superior optar por oferecer ou não esse conteúdo em sua estrutura curricular (BRASIL, 2002).

Ainda de acordo com a tabela 2, os dentistas que tiveram a disciplina de OPNE durante a graduação foram os que significativamente mais anotaram os dados e encaminharam os pacientes. E quando avaliadas as outras questões, sobre fazer o exame clínico, dar orientação de higiene bucal e realizar o procedimento se possível, não houve diferença estatística com os dentistas que não tiveram a disciplina durante a graduação, mostrando não haver uma significante melhora de oferta no atendimento odontológico.

Já de acordo com a tabela 3, foi observado que os dentistas que tiveram a disciplina de OPNE são os que hoje em dia mais atendem pacientes com deficiência, no entanto, esse resultado não foi significativo.

Uma pesquisa foi realizada em 2011, com 96 alunos do último ano do curso

de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que é pública, e da Universidade Tiradentes (UNIT), instituição particular, as únicas que possuem o curso de Odontologia em Sergipe, mas não possuem a disciplina de Odontologia para Pacientes Especiais. De acordo com os resultados obtidos, foi observado que há necessidade de intensificação e diversificação de abordagens sobre atendimento odontológico a pessoa com deficiência dentro das faculdades de Odontologia de Sergipe, bem como, de proporcionar maior contato com pacientes deficientes e inclusão destes, principalmente aqueles de maior complexidade para ampliar a experiência dos alunos, uma vez que o anseio de conhecimento e a insegurança dos acadêmicos frente a pessoa com deficiência, bem como a necessidade relatada por uma disciplina específica são percepções marcantes no estudo (SANTOS; HORA, 2011).

Em outro estudo realizado com 29 estudantes ao final da disciplina optativa de OPNE da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), constatou que os estudantes reconheceram que a ausência de contato com pessoas com deficiência durante o curso, acarretará insegurança profissional para realizar o atendimento odontológico desses pacientes, dificultando assim o acesso a saúde bucal desta população. A disciplina de OPNE, neste estudo, possibilitou ao estudante aprender, conviver e realizar atendimento odontológico adequado e humanizado a pessoa com deficiência, despertando interesse unânime daqueles que optaram por cursar a disciplina (SILVA et al., 2020).

A implementação de estágios e projetos de extensão dos cursos de graduação no âmbito do SUS também poderia contribuir tanto para o atendimento fornecido nas unidades de saúde, quanto para o processo de formação de jovens cirurgiões-dentistas. Visto que nem todas as instituições de ensino dedicam parte da sua carga horária para o adequado preparo dos futuros profissionais para o atendimento desta parcela da sociedade, seria de grande valor aproveitar os estágios extra curriculares no sistema público de saúde para implementar esta lacuna (LOPES, 2013; PECORARO et al., 2017; JACOMINE et al., 2018).

Somado a essa realidade de nem todos os profissionais terem tido contato com a especialidade durante a graduação, a população deficiente ainda enfrenta outra dificuldade. Apesar do Conselho Federal de Odontologia ter regulamentado, no ano de 2001, a especialidade “Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais”, o atendimento odontológico para estes pacientes ainda é considerado um desafio pela

escassez de profissionais habilitados (ANDRADE; ELEUTÉRIO, 2015). Dos 328 mil Cirurgiões-Dentistas inscritos em todo país, apenas 718 possuem especialização em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais. Ou seja, nem a rede pública ou a particular possui especialistas suficientes para atender essa parcela da população com a qualidade necessária. Essa realidade representa, inclusive, um problema de saúde pública. Os tradicionais Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) SUS, não dispõem de todos os especialistas necessários à saúde bucal da população (CALAZANS, 2019).

Um caminho viável para estimular o crescimento do interesse profissional de Cirurgiões-Dentistas nessa área de atuação é por meio da inclusão de disciplinas específicas na grade curricular da graduação, não somente na condição de especialidade odontológica. Recentemente, algumas Instituições de Ensino Superior (IES) incluíram na graduação em Odontologia disciplinas voltadas para o cuidado aos pacientes com deficiência, tendo em vista o grau de necessidade social (MAFI et al., 2017).

Na tabela 4, quanto à assistência a pessoa com deficiência em unidades de saúde pública e privada, não houve diferença estatística entre estes tipos de serviços. No entanto, ainda pôde-se observar unidades de saúde tanto pública quanto privadas que não ofertam assistência e nem permitem a anamnese de pessoas com deficiência.

O que se sabe, é que o princípio de equidade do SUS pressupõe que se ofereça mais assistência a quem mais dela necessitar. Logo, a pessoa com deficiência, por suas peculiaridades, é um usuário que deveria ser mais bem acolhido pelas unidades de saúde, tanto pelas equipes de saúde da família quanto de saúde bucal, para a resolução de suas demandas. Infelizmente isso não vem acontecendo, pois ainda há limitação do tratamento realizado nesses pacientes, onde só é realizado o tratamento possível e existe um percentual encaminhado ao Centro de especialidades Odontológicas- CEO (LAWRENCE et al., 2014).

Em contrapartida, uma pesquisa realizada com responsáveis e cuidadores de pessoas com deficiência, sobre as dificuldades encontradas por eles, para manter a saúde bucal desses pacientes, comprovou que as maiores dificuldades apontadas foram encontrar um dentista que atendesse seu filho e o alto custo do tratamento odontológico. O atendimento odontológico desses pacientes na rede pública, é prejudicado por fatores como situação socioeconômica baixa, necessidade de

grandes deslocamentos, dificuldades de transportes, além do tempo despendido nos atendimentos de reabilitação paralelos ao tratamento odontológico, juntamente com a predisposição que esses pacientes tem de adoecer, associados a falta de compreensão, interesse e/ou resistência dos pais sobre a importância da saúde bucal (MACÊDO et.al., 2018).

Diante do exposto, fica evidente os diversos obstáculos que separam as PcD do acesso aos serviços de saúde. O fato dos atendimentos pelo SUS serem gratuitos não tornam esta problemática menos presente, uma vez que diversas questões ainda dificultam o acesso, que vão desde a conduta de quem cuida ao preparo ou despreparo de quem atende (CARDOSO et al., 2011; LIMA et al., 2011; BARROS; CUNHA, 2018).

Este estudo mostrou ainda, que a maioria dos cirurgiões-dentista informou realizar orientação de higiene bucal, primeiro atendimento, exame clínico e tratamento possível nesses pacientes. Apesar de ser um dado aparentemente positivo, é necessário discutir o que significa “tratamento possível, podendo ser uma profilaxia ou aplicação de flúor, não realizando procedimentos mais complexos, como restaurações, raspagens e/ou exodontias, conforme a necessidade do paciente. Dessa forma, tem-se uma população que precisa de atenção e continua com necessidades odontológicas não atendidas, apesar de ter sido “assistida” por um profissional (LAWRENCE et al., 2014).

Ainda que o atendimento especializado a PcD seja realizado na Atenção Secundária, a Atenção Básica (ou Atenção Primária) desempenha um papel fundamental no acompanhamento destes pacientes. Além da identificação dos pacientes e reconhecimento dos problemas e obstáculos de cada família, o cirurgião-dentista e a Equipe de Saúde Bucal (ESB) no âmbito da Atenção Básica são responsáveis por diagnósticos, tratamentos, reabilitação, medidas de promoção e prevenção, manutenção e suporte aos pacientes com deficiência (BRASIL, 2008; OLIVEIRA et al., 2011).

A procura por outros serviços públicos como porta de entrada aos serviços de saúde que não seja Unidade Básica de Saúde da Família pode sugerir que a atenção primária ainda não esteja conseguindo cumprir seu papel de reorganização dos serviços, pois, apesar da criação de serviços de referência para o atendimento odontológico de pessoas com deficiência, o Ministério da saúde ressalta que a grande maioria destes usuários constitui uma clientela com necessidade de atendimento

perfeitamente solucionável no âmbito da atenção primária, desde que os locais estejam adaptados e as equipes capacitadas (BRASIL, 2008).

De acordo com o recomendado pelo MS, as equipes de saúde bucal devem ser capacitadas a fim de que possam, em nível local, estarem aptas ao atendimento destes usuários, em níveis crescentes de complexidade de atendimento. Ao constatar impossibilidade de prestação de serviço, é que se encaminha o usuário para atendimento na Unidade de Referência.

Muitas vezes o profissional leva somente em consideração a questão dos encaminhamentos ao CEO, como se toda a dificuldade em atender esses pacientes dependesse apenas de um sistema de referência e contra referência, quando não se sabe até onde o CEO é capaz de garantir essa resolubilidade das demandas desses pacientes. Desconsiderando o tipo de deficiência desse paciente, diagnóstico e dificuldades impostas por ela e até mesmo a dificuldade inerente a esse profissional que atende. O que falta na grande maioria das vezes é a boa vontade dos profissionais em se dispor a examinar os pacientes e ver o que é possível realizar por aquele paciente antes de só encaminhar (SOUSA, 2011).

Percebe-se que a acessibilidade não se restringe apenas ao uso dos serviços, mas inclui também a adequação dos profissionais e dos recursos tecnológicos de saúde, possibilitando que pessoas com deficiência tenham oportunidades iguais às de toda população. Para isso, as equipes de saúde bucal devem ser capacitadas a fim de que possam, em nível local, estarem aptas ao atendimento destes usuários, em níveis crescentes de complexidade de atendimento. Protocolos podem ser elaborados, com a definição, em cada nível de atenção, dos cuidados a serem tomados: de acordo com diagnóstico médico, condições de saúde e tratamento, agravos associados, limitações e capacidades individuais de cada paciente (ARAGÃO et al., 2011; BRASIL, 2018).

3 CONCLUSÃO

Este estudo conclui que o perfil do cirurgião-dentista sobre o atendimento odontológico da pessoa com deficiência se dá de forma igualitária em unidades de saúde pública e privada, havendo uma maior frequência de atendimento a estes pacientes por cirurgiões-dentistas que tiveram a disciplina de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais durante o seu curso de graduação. Portanto, é de suma importância que haja a implementação de estágios e projetos de extensão dos cursos de graduação no âmbito SUS, além de capacitação e adequação dos profissionais a fim de estarem aptos ao atendimento desses pacientes em níveis crescentes de complexidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Paula Paiva de; ELEUTÉIO, Adriana S. de Lima. Pacientes portadores de necessidades especiais: abordagem odontológica e anestesia geral. **Rev. bras. odontol.**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 1/2, p. 66-9, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/pdf/rbo/v72n1-2/a13v72n1-2.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ARAGÃO, A. K. R.; SOUSA, A. SILVA, K.; VIEIRA, S.; COLARES, V. Acessibilidade da criança e do adolescente com deficiência na atenção básica de saúde bucal no serviço público: estudo Piloto. **Pesqui. bras. odontopediatria clín. integr.** 2011; v. 11, n. 2, p. 159-164. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/pboci/article/view/1425/664>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BARROS, B. C.; CUNHA, D. P. Desafios no atendimento ao paciente portador de necessidades especiais em uma clinica escola. **Id on line Rev. Mult.psic.** v. 12, n. 42, p. 919-932, 2018

BAUMGARTEN, A.; MONTEIRO, A. P. S.; PETERSEN, R. C. Curso de Capacitação para Cirurgiões-Dentistas no Atendimento à Pessoa com Deficiência e Necessidades Especiais do Estado do Rio Grande do Sul: Perfil do Cirurgião-Dentista, Trajetória no Serviço e Cobertura dos Municípios. **Rev. Fac. Odontol.** Porto Alegre. 2013 Jan-Dez; v. 54, n. 1-3, p. 19-23.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Publicada no DOU nº 61 de 29/03/2018. Disponível em: <https://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Plano-de-fortalecimento-das-praticas-de-seguranca-do-paciente-atencao-primaria-a-saude.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-21-de-junho-de-2021-327321299>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CES 3/2002. Brasília: Diário oficial da União. Secção I, p. 10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Portaria nº 1060, Lei 8.080/90 de 5 de junho de 2002. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Diário Oficial da União 2002; 5 jun. Brasil. Decreto 3.298 de 20 de Dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União; 21 dez. 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/8173-37161-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021

BRASIL. Saúde bucal, Caderno de Atenção Básica nº17. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

CALAZANS, Michelle. Conselho Federal de Odontologia - CFO. **Odontologia para pacientes com necessidades especiais**: mais do que uma especialidade, um ato de amor à vida. 2019. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/odontologia-para-pacientes-com-necessidades-especiais-mais-do-que-uma-especialidade-um-ato-de-amor-a-vida/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CARDOSO, R. V. et al. **Medicalização e o cuidado em saúde na estratégia de saúde da família**. Unicamp 2014. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/312682/1/Cardoso_RaquelVaz_M.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021

CONDESSA, A.M. et al. Atenção odontológica especializada para pessoas com deficiência no Brasil: perfil dos centros de especialidades odontológicas, 2014. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 29, n. 5, Brasília, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Demográfico Características Gerais da População e Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro: IBGE. p. 71-73. 2010.

JACOMINE, J. C.; FERREIRA, R.; SANT'ANA, A.C.P.; REZENDE, M.L.R.; GREGHI, S. L.; DAMANTE, C.A, et al. Saúde bucal e pacientes com necessidades especiais: percepção de graduandos em Odontologia da FOB-USP. **Rev ABENO**. 2018; v. 8, n. 2, p. 45-54.

LAWRENCE, H.; SOUSA, L. P.; GONÇALVES, F. L.; SAINTRAIN, M. V.L. VIEIRA, A. P. G. F. Acesso à saúde bucal pública pelo paciente especial: a ótica do cirurgião-dentista. **Rev Bras Promoç Saúde**. 2014, Abr-Jun, v. 27, n. 2, p. 190-197.

LIMA, A. S. **O trabalho da enfermeira na atenção básica**: uma revisão sistemática. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

LOPES, J. **Atendimento odontológico dos indivíduos com necessidades especiais na atenção primária**. [TCC]. Governador Valadares – Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VRNS9RWP9T/1/joyce_lopes__tccpostar99vers_ofinalaprovada.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

MACÊDO, Giulian Lennon de.; LUCENA, Eudes Euler de Souza.; LOPES, Ingrid Karem Rangel; BATISTA, Laísa Thaíse de Oliveira. Acesso ao Atendimento Odontológico dos pacientes especiais: a percepção de cirurgiões-dentistas da atenção básica. **Revista Ciência Plural**, v. 4, n. 1, p. 67-80, 2018.

MAFI, A.; MORETTO, C.; TEIXEIRA, M. F. N.; SALDANHA, O. M. F. L.; RADOS, A. R. V. A interdisciplinaridade e seus reflexos na formação do cirurgião- dentista. **Rev. ABENO**, v. 17, p. 1, p. 62- 73, 2017.

MEDEIROS, U. **Especialidades Odontológicas**. Wordpress Saúde Bucal Coletiva. UERJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://saudebucalcoletivauerj.files.wordpress.com/2011/05/especialidades-odontolc3b3gicas.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, A. L. B. M.; GIRO, E. M. A. Importância na abordagem precoce no tratamento odontológico de pacientes com necessidades especiais. **Odonto**. 2011, v. 19, n. 38, p. 45-51.

PECORARO, P. V. B. F.; FERREIRA, M.; MAIA, M. P. D. C.; CONDÉ, S. P. pacientes com deficiências: metodologia e prática de inclusão social na Faculdade de odontologia de Valença-RJ. **Revista interdisciplinar de direito**. v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: [file:///C:/User/win7Downloads/180-1-292-1-10-2017002%20\(8\).pdf](file:///C:/User/win7Downloads/180-1-292-1-10-2017002%20(8).pdf). Acesso em: 12 jul. 2021.

SANTOS, Marcela F. Sousa HORA; Ignez A. dos Anjos. Atenção odontológica a pacientes especiais: atitudes e percepções de acadêmicos de odontologia. **Revista da ABENO**, v. 12, n. 2, p. 207-12, 2011.

SILVA, Tamires Daiane da.; SANTAELLA, Natalia Garcia; CAMINHA, Raquel D'Aquino Garcia; SANTOS, Paulo Sérgio da Silva. **Revista da ABENO**. v. 20, n. 1, p. 26-32, 2020. DOI: 10.30979/rev.abeno.v20i1.907.

SOUSA, L. P. **Acesso do paciente especial à clínica odontológica do sus: a ótica do cirurgião-dentista**. [TCC]. Fortaleza – Ceará: Sistema Municipal de Saúde Escola/Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza; 2011.

SPEZZIA, S. et al. Pacientes com Necessidades especiais da regulamentação Pública ao Ensino Odontológico. **J Health Sci Inst**, v. 33, n. 2, p. 140-3, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Questionário:

1. Idade (em anos completos): _____
2. Gênero: _____
3. Maior grau de escolaridade
 1. Ensino Fundamental
 2. Ensino Médio
 3. Graduado
 4. Pós-Graduado
4. Qual a cor da sua pele?
 1. branca
 2. preta/negra
 3. parda/mulata/cabocla/morena
 4. amarelo/oriental
 5. indígena
 99. não sabe
5. Qual o seu estado civil?
 1. solteiro (a)
 2. casado (a)/ união estável/ mora com um (a) companheiro (a)
 3. separado (a)/ divorciado (a)/ desquitado(a)
 4. viúvo (a)
6. Naturalidade
 1. Capital
 2. Interior
 3. Outro estado
7. Universidade em que se formou
 1. Pública
 2. Privada
8. Durante a graduação, você teve alguma disciplina que abordasse o atendimento aos pacientes especiais?
 1. Sim
 2. Não
9. Sua unidade permite o acesso ao paciente especial?
 1. Sim
 2. Não
10. Existe assistência odontológica a pacientes especiais em sua unidade de saúde?
 1. Sim
 2. Não

11. Você atende o PNE?
1. Sim
 2. Não
12. Solicita que a ASB/TSB anote os dados do paciente e encaminha?
1. Sim
 2. Não
13. Realiza o exame clínico e dá orientações de higiene bucal ao paciente e/ou cuidador?
1. Sim
 2. Não
14. Apenas realiza o exame clínico e encaminha?
1. Sim
 2. Não
15. Realiza o exame clínico e tratamento possível?
1. Sim
 2. Não
16. Passa o caso para outro colega, pois não se sente apto a atender?
1. Sim
 2. Não
17. Nem examina, só encaminha?
1. Sim
 2. Não
18. Como você avalia o acolhimento da sua equipe de saúde bucal ao paciente especial?
1. Ruim
 2. Regular
 3. Bom
 4. Ótimo
 5. Não sabe
19. O que você acha ser necessário para melhorar o atendimento ao paciente especial por parte das equipes de saúde bucal?
1. Capacitação/aperfeiçoamento/especialização na área
 2. Outros
 3. Não sabe
20. Você já encaminhou algum paciente especial para os Centros de Especialidades Odontológicas?
1. Sim
 2. Não

ANEXO